

INVESTIGAÇÃO

Ninguém tem direito de bisbilhotar, critica Dino

Na despedida da Justiça, ministro frisa que atuação da Abin “paralela” fere direito fundamental

» ALINE BRITO

Ao se despedir, ontem, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o ministro Flávio Dino criticou o monitoramento irregular de autoridades. Tal como acusa a Polícia Federal (PF) de que o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o hoje deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), esteve por trás da espionagem ilegal de autoridades, a serviço do ex-presidente Jair Bolsonaro. Dino salientou que esse monitoramento “fere um direito fundamental” e é flagrantemente inconstitucional.

“Ninguém, absolutamente ninguém, de qualquer que seja a instituição, tem apoio normativo jurídico para escolher, arbitrariamente, quem vai ser investigado, vai ser perquirido, vai ser analisado, vai ter a sua privacidade invadida”, criticou.

Ao ser indagado sobre os riscos de ter-se criado, na gestão de Ramagem uma Abin “paralela”, que agiria de acordo com os interesses de Bolsonaro, Dino observou que monitoramentos de pessoas são permitidos no Brasil, mas desde que tenham autorização judicial. “Não estamos diante de um tema banal. Estamos



Não estamos diante de um tema banal. Estamos diante de um tema crucial, porque fere um direito fundamental. Quando membros dessa instituição (Abin) se apropriam indevidamente dela para praticar ilegalidades, é algo realmente que merece reprovação”

Flávio Dino, futuro 11º ministro do STF

diante de um tema crucial, porque fere um direito fundamental. Não sabemos, ainda, quantas pessoas foram monitoradas, se foram dezenas, centenas, milhares — isso a investigação vai dizer. Mas é importante considerar que isso é uma ilegalidade. Quando membros dessa instituição (Abin) se apropriam indevidamente dela para praticar ilegalidades, é algo realmente que merece reprovação”, ressaltou, para acrescentar:

“Temos que lembrar que vigora no Brasil uma Constituição, que tem como um dos direitos fundamentais a privacidade. E há, em razão disso, uma

série de instrumentos de preservação desse direito fundamental”, frisou.

Dino elogiou o trabalho das instituições que conduzem a investigação sobre a atuação de Ramagem. “A Polícia Federal, o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal têm agido muito bem, com prudência, com responsabilidade, com fundamentos, para fazer as investigações necessárias. E, assim, separar o joio do trigo e preservar o direito de defesa”, salientou.

Comércio

O futuro 11º ministro do

STF fez questão de registrar que “o Brasil vive a plenitude democrática, amadurecimento das instituições, da Constituição”. E alertou para a possibilidade de que empresas privadas estejam envolvidas em esquemas de bisbilhotagem e vendendo tais serviços.

“Por isso mesmo, não pode ser banalizada uma invasão de privacidade, uma espionagem, como se fosse algo próprio da política. Não é. A política não abraça o uso de ilegalidade dessa natureza”, observou.

Pouco antes, na cerimônia de despedida do ministério, Dino atacou a facilitação ao acesso a armas de grosso calibre e munições implantada pelo governo Bolsonaro. Classificou a norma como “demagógica e irresponsável”.

“Diziam que se acabasse com o armamentismo, a violência iria explodir. Não explodiu, muito pelo contrário. Mostramos que determinados crimes, infelizmente, foram alimentados, a exemplo do feminicídio. Mostramos, também, que as organizações criminosas foram fortalecidas, uma vez que se aplica a lei da oferta e da procura no acesso a esse instrumento de trabalho ilícito”, lamentou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Operação contra Ramagem pode bater em generais golpistas

No livro *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, uma longa entrevista com um dos caciques do antigo PSD — que foi senador, governador eleito do antigo Estado do Rio e embaixador nos Estados Unidos — concedida a Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Maria Celina D’Araújo (Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC-UFF, 1986), a velha raposa política conservadora explica de forma simples e clara a razão pela qual não apoiou o golpe de 1964: era “a morte da política”.

Na cúpula do PSD, seu aliado foi Tancredo Neves, porque o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães — que depois viria presidir o MDB e liderar a oposição ao regime dos generais —, àquela ocasião, apoiaram o golpe de Estado no qual os militares destituíram o presidente João Goulart. Ao longo de 20 anos de ditadura, gradativamente, os políticos liberais de todos os matizes derivaram para a oposição. Ao contrário da Revolução de 1930, os militares não delegaram o poder para os civis golpistas.

Havia um golpe em marcha em 8 de janeiro de 2023. O objetivo era destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, quiçá a então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, que se aposentou no ano passado. Houve resistência ao golpe na cúpula do governo, liderada pelo presidente do PP, senador Ciro Nogueira (CE), e pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria (PP-RN), com apoio do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira, que fora secretário-geral da Presidência da República. No grupo de militares palacianos, a única voz discordante era o então ministro de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha.

Embora aliados a Bolsonaro nas eleições, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), agiram como Amaral e Tancredo. Sabiam que a maioria dos políticos teria muito mais a perder com um golpe militar do que qualquer outro segmento da sociedade. Eis a lição aprendida com a quartelada de 1964: no frigor dos ovos, não foram apenas João Goulart, o líder comunista Luiz Carlos Prestes — que articulava a reeleição do presidente da República — e Leonel Brizola, que almejava seu lugar, que foram os derrotados. JK, que pretendia voltar ao poder nas eleições de 1965, e o governador carioca Carlos Lacerda, cujo sonho era ser presidente da República, acabaram cassados. Previstas para 1965, as eleições para a Presidência da República só viriam a ocorrer em 1989.

Por que lembrar esses fatos agora? A história quase que se repetiu. A operação da Polícia Federal para apurar a suposta espionagem ilegal pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), durante o governo de Jair Bolsonaro, deve chegar ao núcleo golpista liderado pelo ex-presidente, do qual faziam parte militares de alta patente. Segue o fio da meada da delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid.

Arapongagem

O ex-ajudante de ordens do ex-presidente conta, entre outras coisas, que o quebra-quebra bolsonarista na Praça dos Três Poderes tinha por objetivo, sim, provocar a convocação de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), pela qual os militares assumiriam o controle da capital da República. Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito, no STF, que investiga o 8 de janeiro, na decisão que autorizou a operação de busca e apreensão contra o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem, afirma que o atual deputado federal do PL — e candidato de Bolsonaro a prefeito do Rio de Janeiro — usou a Abin para fazer espionagem ilegal.

Além de obter e repassar informações à família de Bolsonaro, Ramagem teria bisbilhotado a vida de 30 mil pessoas, entre elas a ex-deputada Joice Hasselmann, o ex-governador do Ceará e atual ministro da Educação Camilo Santana e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia — além de ministros do STF, entre os quais Moraes.

“Os policiais federais destacados, sob a direção de Alexandre Ramagem, utilizaram das ferramentas e serviços da Abin para serviços e contrainteligência ilícitos e para interferir em diversas investigações da Polícia Federal”, afirma Moraes. A Abin teria atuado ilegalmente também na apuração sobre o caso das “rachadinhas” no gabinete de Flávio Bolsonaro, senador e filho do ex-presidente; na investigação sobre tráfico de influência contra Jair Renan Bolsonaro; nas ações de inteligência para descredibilizar as urnas eletrônicas; e no monitoramento de promotora do caso Marielle Franco.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, saiu em defesa de Ramagem, com a narrativa de que o Congresso não deveria tolerar a operação de busca e apreensão no gabinete do deputado nem na sua residência, sob o argumento de que o Congresso foi despeitado. Rodrigo Maia, então presidente da Câmara, ontem, disse que foi o contrário: quem atentou contra democracia foi o ex-chefe da Abin. Seria muita ingenuidade Pacheco e Lira saírem em defesa de Ramagem.

O que se sabe até agora é a ponta do iceberg golpista.

Tom Costa/MJSP



Na despedida do ministério, Dino alertou que há a possibilidade de que empresas privadas estejam vendendo serviços de bisbilhotagem

Pacheco e Costa Neto trocam acusações

Valter Campanato/Agência Brasil/ Ed Alves/CB/DA.Press

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, trocaram acusações, ontem, depois que a Polícia Federal (PF) realizou a Operação Vigilância Aproximada, que realizou buscas e apreensões em endereços relacionados ao deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) — que teria montado, na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), um esquema de monitoramento ilegal de autoridades apontadas como inimigas de Jair Bolsonaro. O desentendimento começou quando o dirigente partidário cobrou do senador uma ação enfática contra o que classifica como uma “perseguição” de instituições do Estado ao ex-presidente da República.

Costa Neto começou criticando Pacheco de “falta de autoridade” por não impedir a entrada de policiais federais nos gabinetes de parlamentares. “Esse negócio de ficar entrando nos gabinetes é uma falta de autoridade do Congresso. Rodrigo Pacheco deveria reagir e tomar providências”, cobrou. “Isso é pura perseguição e pode acabar elegendo o



Presidente do PL cobrou atitude do senador, que acusou-o de oportunismo

Ramagem com mais facilidade no Rio de Janeiro”, acusou.

Pacheco, que vem mantendo equidistância dos episódios que envolvem deputados do PL com investigações conduzidas pela PF — dias antes de Ramagem, o deputado Carlos Jordy (RJ) também foi alvo de uma operação relacionada à organização para a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 —, rebateu Costa Neto. Acusou-o de “não ser capaz de organizar minimamente a

oposição”. “Difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o Fundo Eleitoral”, criticou.

O senador foi além: afirmou que Costa Neto “passa pano” para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). “Defende publicamente impeachment de ministro do Supremo para iludir seus adeptos, mas, nos bastidores, passa pano quando trata do tema”, provocou.

Covardia

Em tréplica, o presidente do PL — que enxerga estar havendo uma “caçada” à oposição — disse que jamais foi covarde e voltou a acusar Pacheco de falta de comprometimento com os princípios do Parlamento. “Passei a vida toda defendendo a isonomia dos Três Poderes. Nunca fui covarde de me calar quando um Poder não respeita o outro. Isso vale para todos os lados. Sigo indignado com a falta de pulso para defender a imunidade de um parlamentar. Se o Senado tivesse um presidente comprometido, não iria perder tempo para reclamar de presidente de partido”, rebateu.

Os bolsonaristas têm cobrado de Pacheco e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), posição contra as operações federais relacionadas a Jordy e a Ramagem. No início da semana, o deputado convocou uma reunião de líderes para, na próxima segunda-feira, discutir pautas da Casa. Os mandados cumpridos para recolher provas e indícios nos gabinetes de Jordy e Ramagem serão um dos temas. (AB)

HAVIA UM GOLPE EM MARCHA EM 8 DE JANEIRO DE 2023